



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
CURSO DE PEDAGOGIA

CAMILA IRIS DA SILVA

**REPRESENTATIVIDADE INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA
DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: avanços e limites no respeito à diversidade**

Caruaru-PE

2025

CAMILA IRIS DA SILVA

**REPRESENTATIVIDADE INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA
DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: avanços e limites no respeito à diversidade**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Pedagogia do
Campus Agreste da Universidade Federal de
Pernambuco – UFPE, na modalidade de artigo
científico, como requisito parcial para a
obtenção do grau de bacharel/licenciado em
Pedagogia.

Área de concentração: Ensino de história.

Orientador (a): Ana Maria de Barros

Caruaru-PE

2025

REPRESENTATIVIDADE INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: avanços e limites no respeito à diversidade

Camila Iris da Silva¹

Ana Maria de Barros (Orientadora)²

RESUMO

Este estudo analisou a representatividade dos povos indígenas nos livros didáticos de História do 1º ano do Ensino Fundamental, a partir de uma revisão bibliográfica, análise qualitativa e documental. Foram examinados os livros "Da Escola para o Mundo" e "ApisMais História 1º ano", com base nos critérios de conteúdo, perspectiva, diversidade, atualidade, linguagem e imagens. O objetivo deste estudo é analisar como os povos indígenas são representados nos livros didáticos de História do 1º ano do Ensino Fundamental. A pesquisa busca mapear as obras seguem as diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e promovem uma perspectiva que respeite a diversidade cultural e histórica dos povos originários. A metodologia adotada para esta pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica, análise qualitativa e documental dos materiais didáticos. A investigação também se apoia em diretrizes educacionais e referenciais teóricos que discutem a importância da valorização da cultura indígena no ensino básico com autores como Munduruku (2012), Pereira (2022), Alves e Oliveira (2021) entre outros. Os resultados indicam que ambos os materiais didáticos ainda perpetuam estereótipos e representam os povos indígenas de forma superficial, sem considerá-los como protagonistas da história brasileira. Conclui-se que é necessário ampliar a perspectiva dos materiais didáticos, incluindo autores indígenas, diversificando as representações culturais e promovendo uma visão mais crítica e atualizada sobre os povos originários no Brasil.

Palavras Chaves: Povos Indígenas, Livro Didático, Representatividade, Ensino de História, BNCC.

1 INTRODUÇÃO

A representatividade dos povos indígenas nos livros didáticos é um elemento essencial para a construção de uma educação que respeite a diversidade cultural e histórica do Brasil. Ao longo da história, a narrativa sobre os povos indígenas foi frequentemente distorcida, reforçando estereótipos e apagando a pluralidade de suas culturas e contribuições para a sociedade brasileira. A educação escolar tem grande importância na desconstrução dessas

¹ Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco, Campus do Agreste (UFPE-CAA). Email: Camila.iris@ufpe.br

² Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (2007). Orientadora e Professora Associada da Universidade Federal de Pernambuco (CAA). Email: ana.mariab@ufpe.br

imagens preconceituosas e na promoção de uma perspectiva mais justa e realista sobre os povos indígenas. No entanto, a forma como esses conteúdos são apresentados nos materiais didáticos ainda levanta questionamentos sobre a perpetuação de uma visão eurocêntrica, na qual os indígenas são retratados como personagens do passado, desconsiderando suas lutas e presença ativa na contemporaneidade.

A obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena foi formalizada pela Lei 11.645/2008, que representa um marco na valorização dos povos indígenas dentro do currículo escolar. Essa legislação visa garantir que as diversas culturas indígenas sejam abordadas nos conteúdos de História e outras disciplinas, de maneira respeitosa e precisa. Contudo, diversos estudos apontam que os livros didáticos ainda apresentam falhas na aplicação dessas diretrizes, limitando a compreensão dos estudantes sobre a riqueza cultural, a resistência histórica e as contribuições dos povos indígenas para a sociedade brasileira. Essa problemática justifica a necessidade de uma análise criteriosa da representatividade indígena nos materiais didáticos utilizados nas escolas (Brasil, 2008).

A pergunta norteadora da pesquisa é: como os povos indígenas são representados nos livros didáticos de História do 1º ano do Ensino Fundamental? O objetivo Geral deste estudo é analisar como os povos indígenas são representados nos livros didáticos de História do 1º ano do Ensino Fundamental. Como objetivos específicos, a pesquisa busca mapear

se as obras seguem as diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e promovem uma perspectiva que respeite a diversidade cultural e histórica dos povos originários. Para isso, foram examinados dois livros didáticos amplamente utilizados: "Da Escola para o Mundo" e "ApisMais História 1º ano".

A metodologia adotada para esta pesquisa baseia-se em uma revisão bibliográfica e análise qualitativa e documental dos materiais didáticos. Foram analisados aspectos como conteúdo, perspectiva, diversidade, atualidade, linguagem e imagens, a fim de identificar padrões de representação e possíveis falhas na perspectiva dos povos indígenas. A investigação também se apoia em diretrizes educacionais e referenciais teóricos que discutem a importância da valorização da cultura indígena no ensino básico.

Este estudo está organizado em diferentes seções. Inicialmente, serão apresentados os conteúdos sobre os povos indígenas nos livros analisados, seguidos pela avaliação das imagens e da linguagem utilizada. Em seguida, será discutida a presença ou ausência de atualização histórica e diversidade cultural nas obras. Por fim, serão expostas as conclusões e recomendações para aprimorar a representatividade indígena nos materiais didáticos.

2. A VISÃO DOS POVOS INDÍGENAS SEGUNDO AS DIRETRIZES DA BNCC, LDB, CNE PCN E PNLD

A visão dos povos indígenas na educação brasileira é regulamentada por diferentes diretrizes e normativas, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Conselho Nacional de Educação (CNE), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Essas diretrizes têm como objetivo garantir que a história, a cultura, os conhecimentos e os modos de vida dos povos indígenas sejam devidamente contemplados nos currículos escolares, promovendo uma educação que respeite a diversidade e combata preconceitos históricos enraizados na sociedade brasileira (Cassiano, 2013).

A LDB (Lei nº 9.394/1996) estabelece os princípios básicos da educação nacional e, com a Lei nº 11.645/2008, tornou obrigatória a inclusão da história e cultura indígena nos currículos da educação básica, abrangendo diferentes disciplinas, como História, Geografia, Artes e Língua Portuguesa. Essa legislação representa um avanço na luta pela valorização da identidade indígena e pelo reconhecimento de sua contribuição para a formação da sociedade brasileira. No entanto, a efetivação dessa diretriz ainda enfrenta desafios, como a carência de formação específica para os docentes e a persistência de estereótipos nos materiais didáticos (Brasil, 1996).

A BNCC reforça essa perspectiva ao indicar que o ensino sobre os povos indígenas deve ser tratado de forma transversal, ou seja, como um conteúdo isolado e integrado a diversas áreas do conhecimento. O documento orienta que os estudantes compreendam a pluralidade das culturas indígenas, reconhecendo sua importância para o patrimônio histórico, linguístico, ambiental e social do país. A BNCC propõe a valorização das línguas indígenas e incentiva práticas pedagógicas que respeitem e dialoguem com os saberes tradicionais dessas comunidades (Figueiras, 2015).

Os PCN também contribuem para essa perspectiva ao enfatizar a necessidade de um ensino que vá além da visão eurocêntrica, proporcionando aos alunos uma compreensão mais ampla e respeitosa da diversidade étnico-racial. Esse documento sugere que os professores abordem as culturas indígenas de maneira crítica, desmistificando imagens estereotipadas e promovendo uma reflexão sobre a resistência e a luta dos povos indígenas por seus direitos ao longo da história (Duarte; Tedeschi, 2017).

Os Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio de pareceres e resoluções, reforça a importância de uma educação inclusiva que contemple a diversidade e valorize a

interculturalidade. Em diferentes normativas, o órgão destaca que o ensino deve considerar a realidade dos povos indígenas, respeitando suas tradições e conhecimentos, e que as escolas devem trabalhar com materiais que tragam representações fidedignas e respeitosas dessas culturas (Cunha; Barbosa, 2018).

Nesse contexto, o PNLD tem grande importância ao selecionar os materiais didáticos que chegam às escolas. Esse programa deve garantir que os livros adotados não reproduzam preconceitos ou distorções históricas, mas sim apresentem conteúdos que reflitam com precisão e respeito às contribuições indígenas para a sociedade. No entanto, ainda existem desafios a serem superados, pois muitos materiais didáticos ainda trazem visões simplificadas e reducionistas sobre as culturas indígenas, limitando-se a representações folclóricas e desconsiderando sua diversidade e complexidade (Cunha; Barbosa, 2018).

Apesar dos avanços normativos, a implantação efetiva dessas diretrizes enfrenta obstáculos significativos. Um dos principais desafios é a falta de formação adequada dos professores, que muitas vezes não possuem conhecimento aprofundado sobre a temática indígena e acabam reproduzindo condutas superficiais ou equivocadas. Há resistência de algumas comunidades escolares em tratar a questão indígena de maneira mais aprofundada, seja por desconhecimento, seja por influência de visões estereotipadas que ainda persistem na sociedade (Duarte; Tedeschi, 2017).

Diante desse cenário, é importante que as políticas educacionais sejam constantemente avaliadas e aprimoradas para garantir que a história, a cultura e os direitos dos povos indígenas sejam devidamente reconhecidos e valorizados no ambiente escolar. Isso implica na necessidade de formação continuada para educadores, na produção e distribuição de materiais didáticos mais representativos e na criação de espaços de diálogo entre a escola e as comunidades indígenas. Somente assim será possível construir uma educação mais inclusiva, crítica e comprometida com a valorização da diversidade cultural brasileira (Duarte; Tedeschi, 2017).

2.1 Diretrizes educacionais para o ensino de História indígena nas escolas

O ensino da História Indígena nas escolas brasileiras passou por diversas transformações ao longo dos anos, com o objetivo de proporcionar uma visão mais ampla e inclusiva da cultura e da história dos povos indígenas. Inicialmente, a educação indígena foi influenciada pelos padres jesuítas, que promoviam a catequização e a assimilação dos indígenas aos moldes da sociedade europeia (Farias Jr., 2013). Esse modelo educativo permaneceu por séculos,

consolidando uma visão eurocêntrica da história e minimizando a relevância das culturas indígenas na formação da identidade nacional.

A partir da Constituição de 1988, que reconheceu o Brasil como um país pluriétnico e garantiu direitos aos povos indígenas, houve avanços significativos no campo da educação. A legislação passou a enfatizar a necessidade de um ensino que respeitasse a diversidade cultural e histórica do país, impulsionando políticas públicas voltadas à inclusão da História Indígena nos currículos escolares (Silva, 2012). Esse movimento foi reforçado pela Lei 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Indígena nas escolas públicas e privadas, integrando a disciplina de História com foco na diversidade étnico-racial (Brasil, 2008). Essa legislação veio como resposta a uma demanda histórica de grupos indígenas e movimentos sociais, que reivindicavam maior representatividade no ensino formal.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1998 foram um marco na introdução de diretrizes específicas para o ensino da História Indígena, incentivando ações que rompessem com estereótipos e valorizassem a cultura indígena de maneira contextualizada (Brasil, 1998). Esses documentos orientadores trouxeram novas perspectivas sobre a necessidade de revisar os materiais didáticos e formar professores com uma visão mais ampla sobre os povos indígenas.

Posteriormente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprofundou essas diretrizes, estabelecendo a necessidade de apresentar aos alunos as contribuições culturais, linguísticas e sociais dos povos indígenas para a formação da identidade nacional. A BNCC prevê que o ensino da História Indígena deve abranger o período colonial e também as transformações sociais, políticas e culturais que ocorreram ao longo do tempo, valorizando as comunidades indígenas contemporâneas e suas lutas por reconhecimento e direitos (Brasil, 2017).

Além das diretrizes educacionais nacionais, diversas instituições acadêmicas e movimentos indígenas têm contribuído para a construção de metodologias mais inclusivas para o ensino da História Indígena. Algumas universidades têm desenvolvido programas de formação para professores e cursos específicos voltados para a cultura e história dos povos originários, permitindo que os docentes adquiram um repertório mais aprofundado sobre o tema (Pereira, 2022).

Apesar desses avanços legislativos, análises de livros didáticos demonstram que a perspectiva da História Indígena ainda é limitada. Muitas vezes, os conteúdos se restringem a períodos históricos específicos, como o Brasil Colônia, e apresentam os indígenas como figuras do passado, desconsiderando sua presença e participação ativa na sociedade atual. Há uma

predominância de uma narrativa eurocêntrica, na qual os indígenas são frequentemente retratados de maneira passiva, sem protagonismo em sua própria história (Peres *et al.*, 1995).

Outro desafio importante é a formação de professores para lidar com a temática indígena de maneira adequada. Muitos docentes ainda carecem de preparo e de materiais de apoio que ofereçam metodologias mais amplas e sensíveis às realidades indígenas contemporâneas. Nesse sentido, programas de formação continuada e cursos específicos sobre História e Cultura Indígena são necessários para garantir que os professores possam possibilitar uma aprendizagem de ensino mais preciso e respeitoso (Oliveira, 2015).

Além da formação docente, a participação direta das comunidades indígenas na elaboração de materiais didáticos e na construção de políticas educacionais tem sido uma estratégia eficaz para trazer maior autenticidade ao ensino da História Indígena. Experiências de escolas indígenas e projetos educacionais desenvolvidos em parceria com comunidades tradicionais vêm sendo realizados em diferentes estados do Brasil, oferecendo aos estudantes uma visão mais próxima da realidade dos povos indígenas. Esses projetos enfatizam a valorização das línguas indígenas, dos saberes tradicionais e das formas de organização social dos povos originários, contribuindo para a construção de uma educação intercultural (Bittencourt, 2018).

Outra iniciativa relevante é a adaptação do currículo escolar para incluir conteúdos específicos sobre os diferentes povos indígenas do Brasil, suas culturas, tradições e formas de resistência ao longo da história. Algumas escolas têm adotado metodologias diferenciadas, como aulas ministradas por líderes indígenas, palestras e atividades culturais, proporcionando aos alunos uma vivência mais direta com o conhecimento indígena (Oliveira, 2015).

Dessa forma, é essencial que a realização das diretrizes educacionais seja acompanhada de uma revisão crítica dos materiais didáticos e da capacitação dos professores para que possam divulgar a História Indígena de maneira mais abrangente e respeitosa. A valorização da diversidade e a construção de uma consciência histórica mais inclusiva são primordiais para garantir uma educação democrática e equitativa, promovendo o respeito e o reconhecimento dos povos indígenas como parte essencial da história e da cultura brasileira (Pereira, 2022).

Somente por meio de um ensino que valorize as múltiplas narrativas e perspectivas será possível combater preconceitos e consolidar um ambiente escolar mais plural e representativo. Para isso, é preciso a criação de políticas públicas voltadas à inclusão de narrativas indígenas no ensino formal, bem como a ampliação do acesso dos povos indígenas à produção e difusão de conhecimento sobre suas próprias histórias e culturas (Pereira, 2022).

2.2 A ausência da temática indígena na educação escolar

A perspectiva da cultura e da história indígena no currículo escolar é indispensável para a construção de uma educação mais inclusiva e representativa. No entanto, no primeiro ano do Ensino Fundamental, essa temática ainda é tratada de forma superficial ou até mesmo negligenciada. A falta de materiais didáticos adequados, aliada a uma formação docente pouco voltada para a diversidade cultural, contribui para o apagamento das narrativas indígenas no ambiente escolar. Esse apagamento não é um mero acaso, mas um reflexo de uma estrutura educacional historicamente excludente, que privilegia uma visão eurocêntrica da história e desconsidera a riqueza dos saberes indígenas (Moura; Cruz; Silva; 2022). Segundo Duarte e Tedeschi (2017), a educação brasileira ainda enfrenta desafios para superar estereótipos e promover um ensino verdadeiramente inclusivo da história e cultura indígena.

O silenciamento da história e da cultura dos povos indígenas nos livros didáticos reflete um padrão educacional que prioriza narrativas ocidentais e muitas vezes estereotipadas sobre esses povos. Como ressalta o pensador indígena Ailton Krenak (2019), a sociedade ocidental frequentemente ignora outras formas de conhecimento que não estejam alinhadas com a lógica dominante, desvalorizando os modos de vida indígenas. Essa falta de reconhecimento na educação infantil faz com que as crianças cresçam sem contato com a diversidade cultural indígena, reforçando a invisibilização desses povos e limitando sua compreensão sobre a pluralidade étnica do Brasil. Conforme Figueiras (2015), essa invisibilização se perpetua devido à dificuldade de integração da temática indígena de forma transversal no currículo escolar, conforme proposto pela BNCC.

Outro aspecto relevante é a maneira como os povos indígenas são retratados quando aparecem nos materiais didáticos. Muitas vezes, há uma perspectiva histórica que os coloca apenas no passado, como se não existissem na contemporaneidade. Daniel Munduruku (2012), escritor e educador indígena, critica essa representação limitada e reforça a necessidade de apresentar as culturas indígenas como vivas e em constante transformação. Segundo ele, a escola deve possibilitar que os alunos conheçam e respeitem a diversidade dos povos indígenas, compreendendo-os como parte da identidade nacional. Essa abordagem é corroborada por Cunha e Barbosa (2018), que destacam a necessidade de materiais didáticos que retratem os povos indígenas de forma fidedigna e sem reforço de estereótipos ultrapassados.

Para reverter esse quadro, é essencial que os educadores tenham acesso a formações continuadas que possibilitem a inclusão efetiva da temática indígena no planejamento pedagógico. A adoção de materiais didáticos mais representativos e o uso de metodologias

interativas, como contação de histórias, jogos e atividades lúdicas, podem tornar o ensino mais significativo para os alunos. A inclusão da literatura indígena na sala de aula, com obras de autores como Daniel Munduruku (2012), é uma estratégia eficaz para apresentar aos estudantes uma visão mais ampla e respeitosa sobre os povos indígenas. Pereira (2022) reforça que a participação ativa das comunidades indígenas na elaboração dos materiais didáticos é fundamental para garantir representações autênticas e respeitosas nos livros escolares.

A realização da Lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura indígena nas escolas, representa um avanço, mas sua aplicação ainda enfrenta desafios. Muitas escolas carecem de apoio institucional e recursos pedagógicos para abordar o tema de maneira adequada. Dessa forma, é preciso que políticas públicas sejam fortalecidas para garantir que o ensino da temática indígena no primeiro ano do Ensino Fundamental ocorra de maneira contínua e não só em datas comemorativas, como o Dia dos Povos Indígenas. De acordo com Duarte e Tedeschi (2017), a efetivação dessas diretrizes depende de uma revisão crítica dos currículos e do comprometimento das instituições de ensino na formação de educadores preparados para essa abordagem.

Incluir a história e a cultura indígena na educação infantil é um passo essencial para construir uma sociedade mais justa e plural. Como destaca Krenak (2019), a diversidade de perspectivas enriquece nossa visão de mundo e nos permite questionar padrões estabelecidos. Assim, a escola tem o papel de ampliar horizontes e promover um ensino que valorize todas as culturas que compõem a identidade do Brasil. Segundo Bittencourt (2018), a implantação de projetos educacionais voltados à valorização das culturas indígenas pode ser uma solução eficaz para transformar essa realidade e proporcionar um ensino mais inclusivo e representativo.

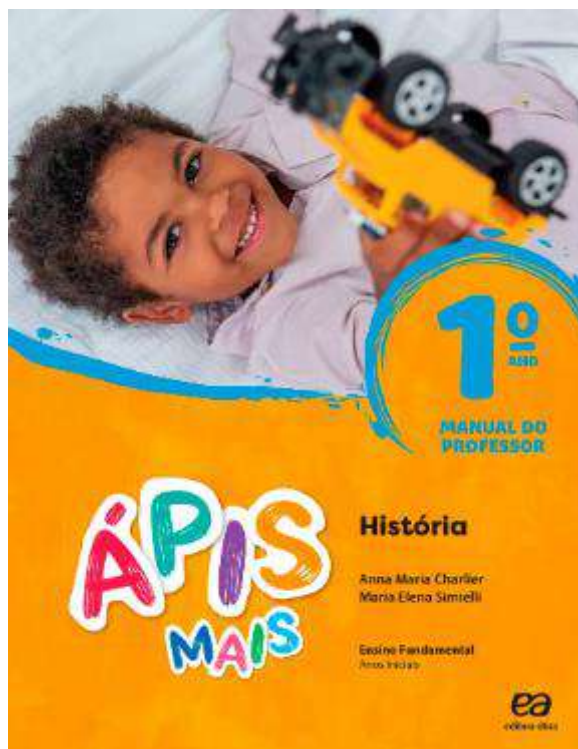
Para esse estudo, foram analisados dois livros didáticos: "Da Escola para o Mundo", de Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira, publicado em 2021 pela Editora Scipione (figura 1), e "ApisMais História 1º ano", de Anna Maria Charlier e Maria Elena Simielli (figura 2), publicado no PNLD 2023 pela Editora Ática. Ambos os livros são voltados para o ensino de História no 1º ano do Ensino Fundamental e seguem as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O objetivo da análise foi avaliar a representatividade dos povos indígenas nessas obras, considerando aspectos como conteúdo, perspectiva, diversidade, atualidade, linguagem e imagens.

Figura 1: Livro Da Escola para o Mundo



Fonte: Editora Scipione (2021)

Figura 2: Ápis Mais



Fonte: Editora Ática (2021).

No que se refere ao conteúdo, "Da Escola para o Mundo" faz referências pontuais às culturas indígenas, destacando brincadeiras e alguns costumes, mas de maneira superficial e sem aprofundamento histórico significativo. Já "ApisMais História" apresenta um texto específico sobre o cotidiano das crianças indígenas Kuikuro, analisando aspectos como alimentação, educação e lazer, o que proporciona uma visão um pouco mais ampla, embora ainda limitada. Como apontam Peres *et al.* (1995), muitas obras didáticas ainda apresentam uma abordagem reducionista da história indígena, limitando-se a períodos históricos específicos sem contextualização contemporânea.

Quanto à perspectiva adotada, "Da Escola para o Mundo" apresenta os povos indígenas de forma genérica, sem aprofundar seu protagonismo na história do Brasil. O livro enfatiza uma visão tradicional e folclorizada, onde os indígenas aparecem mais como coadjuvantes. Em contrapartida, "ApisMais História" traz um pouco mais de detalhamento sobre a cultura indígena, mas ainda os retrata predominantemente como habitantes de aldeias, sem demonstrar sua participação ativa na sociedade contemporânea. Segundo Oliveira (2015), essa visão tradicionalista ainda persiste na maioria dos materiais didáticos, dificultando uma compreensão mais abrangente da cultura indígena na atualidade.

A diversidade também é um fator que merece destaque. "Da Escola para o Mundo" trata os povos indígenas como um grupo homogêneo, sem destacar diferenças entre etnias. Por

outro lado, "ApisMais História" menciona os Kuikuro e os Yawalapiti, trazendo uma pequena diferenciação, mas sem explorar de maneira mais ampla a diversidade dos povos originários do Brasil. Conforme Cassiano (2013), a generalização das culturas indígenas nos livros escolares perpetua estereótipos e impede a valorização da pluralidade étnico-cultural presente no país.

Esses pontos evidenciam a necessidade de aprimoramento na abordagem dos povos indígenas nos materiais didáticos, de forma a garantir um ensino mais fiel à realidade e respeitoso com as múltiplas culturas indígenas brasileiras. É preciso compreender que o livro didático continua sendo na maioria das salas de aula o principal recurso de apoio ao professor, mas, não deverá ser o único, razão pela qual, é preciso também compreender o livro didático como uma mercadoria, em relação a ele há uma guerra comercial de editoras e essa uniformização do tema acaba por apagar a diversidade existente.

A atualidade das informações também foi analisada. "Da Escola para o Mundo" reforça um olhar tradicional, analisando os povos indígenas a partir de suas práticas culturais do passado, sem relacioná-los às questões contemporâneas, como a demarcação de terras e a luta por direitos. "ApisMais História", embora um pouco mais detalhado, também não contextualiza os povos indígenas no mundo atual, perpetuando uma visão que os vincula apenas à vida em aldeias e sem contato com a sociedade urbana.

No que diz respeito à linguagem, ambos os livros evitam expressões pejorativas ou explicitamente preconceituosas, mas mantêm um tom infantilizado, que pode reforçar uma visão romântica e estereotipada dos povos indígenas. A escolha de palavras e descrições não favorece uma compreensão mais complexa e crítica sobre a história e as contribuições desses povos.

As imagens também foram analisadas sob a perspectiva da representatividade. "Da Escola para o Mundo" utiliza ilustrações e fotografias que reforçam a ideia de que os indígenas vivem exclusivamente em aldeias e vestem-se de maneira tradicional, sem mostrar sua diversidade cultural e a presença indígena nos centros urbanos.

Figura 3: Imagens de indígenas no livro Da Escola para o mundo



Fonte: Livro Da Escola Para o Mundo (2021).

Já no livro "ApisMais História" inclui imagens que retratam indígenas em atividades cotidianas, como pesca e cestaria, mas ainda limita sua representação às aldeias, sem contextualizar sua presença na sociedade atual.

Figura 4: Imagens de indígenas no livro ApisMais História



Fonte: ApisMais História (2021).

Esse ponto é de fundamental importância pois implicará na postura do professor diante dessas imagens, pois imagem é conteúdo, principalmente quando tratamos de história, há uma tentativa de menosprezar ou fingir desconhecimento do papel dos povos indígenas em suas lutas por direitos. Se tomarmos a região nordeste veremos uma quantidade enorme de povos

indígenas que continuam a lutar por seus territórios, suas identidades, e não vivem como os povos indígenas da região amazônica.

Em Pernambuco por exemplo, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conta com dez etnias, são elas Truká (Cabrobó); Atikum-Umã (); Pankará (Carnaubeirada Penha); Pipipã (Floresta); Kambiwá (Ibimirim, Inajá e Floresta); Pankararu (Tacaratu e Petrolândia); Tuxá (Inajá); Kapinawá (Buíque, Tupanatinga e Ibimirim); Fulni-ô (Águas Belas); Xukuru (Pesqueira). E caberá ao professor (a) mostrar que vivem em contato com os não-indígenas, habitam casas de alvenaria, possuem aldeias próximas as cidades, inclusive com ampla participação política na sociedade, na universidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nessa análise, conclui-se que ambos os livros apresentam avanços na inclusão dos povos indígenas nos conteúdos didáticos, mas ainda perpetuam estereótipos e não os apresentam como protagonistas da história brasileira. Para melhorar a representatividade, recomenda-se a inclusão de autores indígenas, como Daniel Munduruku e Ailton Krenak, além de uma perspectiva que valorize a pluralidade cultural e a inserção dos povos originários na contemporaneidade. Também é fundamental destacar temas como a luta por direitos, a presença indígena nas cidades e sua contribuição em diversas áreas do conhecimento e da sociedade.

É essencial revisar as imagens utilizadas nos livros didáticos, garantindo que apresentem representações diversas e realistas dos povos indígenas. A forma como os povos originários são retratados tem impacto direto na formação da percepção dos estudantes sobre esses grupos, sendo necessário romper com a visão homogênea e estereotipada frequentemente disseminada.

Outro aspecto relevante é a formação continuada de professores para lidar com esse conteúdo de forma crítica e respeitosa. A formação continuada dos docentes deve incluir conhecimentos aprofundados sobre a história e cultura dos povos indígenas, além do desenvolvimento de estratégias pedagógicas que incentivem a reflexão e o respeito à diversidade cultural.

Dessa forma, para avançar na representação dos povos originários nos livros didáticos de História do Ensino Fundamental, é necessário um esforço conjunto entre editoras, autores, educadores e formuladores de políticas públicas. Somente por meio de uma perspectiva mais inclusiva e atualizada será possível garantir que os estudantes tenham acesso a um ensino de História que valorize a diversidade e contribua para a formação de uma sociedade mais justa e

respeitosa. Requer também ultrapassar a visão eurocêntrica sobre os povos indígenas, sua tutela jurídica se encerrou com a Constituição Brasileira de 1988, porém, não se encerrou o estereótipo com o qual ainda são tratados, o racismo que torna esse sujeito de direitos menor. Cabe também a escola em seu compromisso político-pedagógicos a aos educadores e educadoras compromisso com a cidadania que compreende o princípio da igualdade de direitos e de acesso aos bens sociais, um direito de todos os brasileiros, independente de sua identidade étnico-racial, que este respeito não é só uma questão pedagógica, é também política e jurídica e de respeito a democracia e ao Estado de Direito.

4 REFERÊNCIAS

ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Leticia Fagundes de. **Da escola para o mundo: História – Ensino Fundamental – 1º Ano**. São Paulo: Editora Scipione, 2021.

BITTENCOURT Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de História. **Estudos Avançados** 32 (93), 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 fev. 2025.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998. disponível: portal.mec.gov.br. Acesso em: 03 mar 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 07 mar. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 07 mar. 2025.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do Livro Didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na educação nacional**. São Paulo: Unesp, 2013. 340 p.

CHARLIER, Anna Maria; SIMIELLI, Maria Elena. **ApisMais História – 1º Ano: Ensino Fundamental**. São Paulo: Editora Ática, 2023.

CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel (org.). **Direitos dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: Unesp, 2018. 368 p.

DUARTE, André Luis Bertelli; TEDESCHI, Felipe Cesar Peres. História indígena no período republicano e os livros didáticos de História: uma reflexão necessária. **Revista História & Ensino**, Londrina, v. 23, p. 85-108, jul./dez. 2017.

FARIAS JÚNIOR, José Petrúcio de. Ensino de História: trajetórias de uma disciplina na educação básica. **Acta Scientiarum**. ISSN 1679-7361. ISSN on-line 1807-8656.2013.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename. **História da Educação**. Vol. 19, nº 45. Santa Maria. Jan/ Apr. 2015.

G1. Atlas virtual traça perfil de indígenas de Pernambuco; **estado tem 4ª maior população de povos originários do país**. *G1 Pernambuco*, 27 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/01/27/atlas-virtual-traca-perfil-de-indigenas-de-pernambuco-estado-tem-4a-maior-populacao-de-povos-originarios-do-pais.ghtml>. Acesso em: 30 mar. 2025.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MOURA, Beatriz Conceição Silva; CRUZ, Jussara Lopes; SILVA, Ilma Maria de Oliveira. **Povos indígenas no livro didático de História do 1º ano nos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola municipal da cidade de Imperatriz**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), IX, 2022.

MUNDURUKU, Daniel. **A importância do índio na formação do povo brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Callis, 2012.

OLIVEIRA João Pacheco de, FREIRE Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional**, 2006. ISBN 978-85-60731-17-6 268 p. – (Coleção Educação para Todos; 13.

PEREIRA, Claudinei Pinheiro. **Análise sobre o ensino de história indígena no livro didático no Colégio Dr. Pedro Lobato, Pinheiro - MA**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Humanas com Habilitação em História) – Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, Naturais, Saúde e Tecnologia, Pinheiro, 2022.

PERES Marilen Fagundes. SCHIRMER Janete. RITTER Tatiane Souza. O ensino de História no Brasil Suas funções e implicações políticas e sociais – Séc. XIX até a atualidade. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, num.3, vol.2, p. 193-209, jul/dez. 2015.

SILVA, Edson. O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. **Revista História Hoje**, vol. 1, nº2, p. 213-223, 2012.v Disponível em: rhj.anpuh.org. Acesso em: 04 mar. 2025.

CAMILA IRIS DA SILVA

**REPRESENTATIVIDADE INDÍGENA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE
HISTÓRIA DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: AVANÇOS E LIMITES
NO RESPEITO A DIVERSIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Pedagogia do Campus Agreste da
Universidade Federal de Pernambuco –
UFPE, na modalidade de artigo científico,
como requisito parcial para a obtenção do
grau de bacharel/licenciado em Licenciatura
em Pedagogia.

Aprovado em: 14/04/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ANA MARIA DE BARROS**
Data: 20/05/2025 17:20:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a. Dr.^a. Ana Maria de Barros (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
 **ANA MARIA TAVARES DUARTE**
Data: 25/05/2025 22:37:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ana Maria Tavares Duarte (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
 **VIVIANE RAUANE BEZERRA SILVA**
Data: 25/05/2025 09:00:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Ma. Viviane Rauane Bezerra Silva (Examinadora Externo)

Universidade Federal de Pernambuco